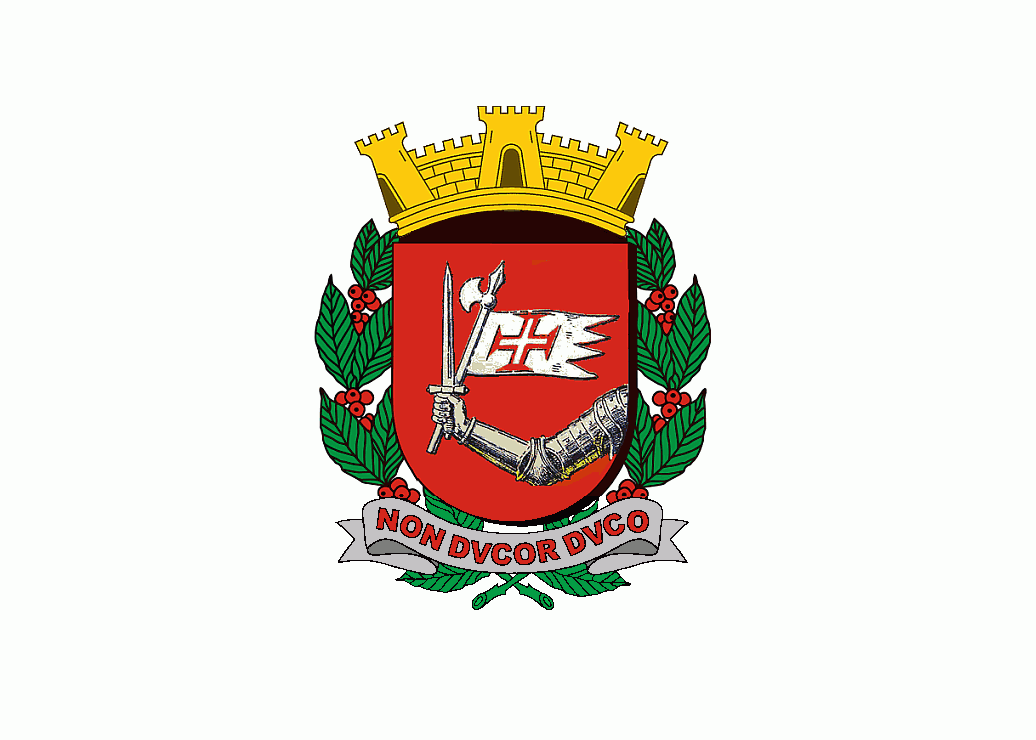


**VI Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo - VI - COMSAN**

**“Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar”**

**Documento de Referência**

**São Paulo, Maio / 2015**

****

**Prefeitura do Município de São Paulo**

**FERNANDO HADDAD  
Prefeito**

**Artur Henrique da Silva Santos**

Secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo

**Marcelo Mazeta Lucas**

Supervisor Geral de Abastecimento

**Christiane Gasparini Araújo Costa**

Presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar

e Nutricional de São Paulo

**Leandro Costa Cuerbas**

Secretário Executivo

**O documento de apoio da VI COMSAN foi elaborada de forma colabortiva pela Comissão Organizadora.**

**Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo**

Rua da Cantareira, 390 – Centro – São Paulo/SP

Telefone: (11) 3224-6000 Ramal: 6168 (11) 3228-6363

E-mail:comusan@prefeitura.sp.gov.br

**COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Grupo Executivo**

Christiane Gasparini Araújo Costa

Leandro Costa Cuerbas

Nadir Silva Moraes

Maria do Céu M. de Oliveira

Ieda Ferreira de Donato

**Subcomissão de Relatoria e Temário**

Nadir Silva Moraes

André Ruoppolo Biazoti

Bettina Gerken Brasil

Dalva Maria de Oliveira

Antonio Oswaldo Storel Junior

Michele Alexandra dos Santos

Osvaldo Logatto

Elaina Maria Ribeiro Garrafa

Solange Cavalcante da Silva Redolfi

Simone Miketen

Marisa Corrêa

**Subcomissão de Comunicação e Mobilização**

Ieda Ferreira de Donato

Natalício T. de Albuquerque

Carlos José Alves

Kiyosumi Misawa

Ivan Souza Moraes

Luciana C. Machado C. Gonçalves

Camila Mendes Kneip

Márcia C. Cristina P. S. Thomazinho

Tereza Anunciata C. dos Santos

Maria Aparecida Ferreira Félix da Cruz

Jair Cardoso Netto

André Luzzi

Iraci Roberto do Nascimento

**Subcomissão de Infraestrutura**

Maria do Céu M. de Oliveira

Iber Condori Choque

Juliana Shibao

Márcia Marolo

Vinícius do Nascimento

Agnes Hanashiro

**Equipe Técnica do COMUSAN-SP**

Leandro Costa Cuerbas – Secretário Executivo

Rosalina da Conceição Gomes Alves

Siane Muniz da Silva

Nuno Coelho de Alcântara Junior

Eliana Martins

Natália Alcalá

**Sumário**

**Apresentação**

**Eixo 1 – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar**

1. Afinal de contas, o que é comida de verdade?
2. Segurança Alimentar e Nutricional
3. Produção de alimentos em São Paulo
4. Em direção à comida de verdade

**Eixo 2 – Dinâmicas em curso, escolhas estratégicas para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo**

1. Abastecimento, sistemas de distribuição e comercialização na cidade de São Paulo
2. Vulnerabilidade de grupos específicos (povos indígenas e povos e comunidades tradicionais)
3. Fome, pobreza, desigualdade social, desigualdades regionais de acesso a alimentos e acesso aos alimentos por grupos vulneráveis (moradores de rua, idosos, mulheres e crianças)
4. Acesso universal à água, crise hídrica e implicações na Segurança Alimentar e Nutricional da população da cidade de São Paulo
5. Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população da cidade de São Paulo
6. Processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, de preservação de conhecimentos tradicionais, pesquisa e formação na área de Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada
7. Experiências e ações em SAN em curso na cidade de São Paulo.

**Eixo 3 – São Paulo: adesão, participação social e intersetorialidade na construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN.**

* 1. Institucionalidade e fortalecimento dos Componentes Municipais do SISAN: Conferência, COMUSAN-SP e CAISAN-Municipal
  2. Intersetorialidade
  3. Participação das entidades com e sem fins lucrativos no SISAN

**Resumo das Propostas Elaboradas na V Conferência Municipal de SAN**

**Bibliografia**

**Glossário**

**Apresentação**

Para dar subsídios a VI Conferência de Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN, o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Municipio de São Paulo – COMUSAN-SP oferece este Documento de Referência para as macro-conferências e conferência municipal, que tem como tema: “Comida de Verdade no Campo e na Cidade: por Direitos e Soberania Alimentar”

As conferências tem papel fundamental, para fortalecimento da democratização, participação da sociedade civil, nas proposições e controle social, além de provocar e promover a intersetorialidade de ações e setores, proporcionando informações, debates, encaminhamentos de propostas para implantação Sistema de Segurança alimentar e Nutricional, de forma a garantir o direito humano à alimentação adequada.

O tema central eleito, desdobra-se em três eixos de discussão:

Eixo 1 – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar

Eixo 2 – Dinâmicas em curso, escolhas estratégics para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo

Eixo 3 – São Paulo: adesão e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

O debate em torno dos temas ligados à alimentação é bastante rico e suscinta muitas discussões e propostas que servirão de subsídio para a construção da Política e do Plano Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional. Dessa forma, esse é um momento importantíssimo de se pensar a cidade que queremos e que temos a chance de fazê-la ser.

Boas discussões a todos e que esta seja uma Conferência bastante propositiva!

**Eixo 1 – Comida de verdade: avanços e obstáculos para a conquista da alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar**

**a)Afinal de contas, o que é comida de verdade?**

O que é comida de verdade hoje? O conceito de comida de verdade está diretamente associado ao de alimentação adequada e saudável, que se configura como um direito humano básico, meio primordial de acesso aos demais direitos. O que preconiza a garantia ao acesso permanente e regular a alimentos saudáveis, que sejam produzidos de forma socialmente justa, ambientalmente sustentável e livres de contaminantes e de organismos geneticamente modificados. Pressupõe que deva ser adequada aos aspectos biológicos, de acordo com o curso da vida e as necessidades alimentares especiais dos indivíduos e grupos, atende aos princípios da variedade, equilíbrio, moderação e prazer (sabor), às dimensões geracionais, de gênero e etnia. Deve atender as especificades locais, étnicas e culturais de acordo com cada grupo específico.

Além disso, em todos os processos que permitem que o alimento chegue até a mesa de todos, a comida de verdade requer que as relações de trabalho envolvidas atendam aos direitos garantidos na Convenção n° 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT[[1]](#footnote-1). Além disso, está calcada na soberania alimentar na qual as nações têm autonomia para escolher o que, como e quando produzir de acordo com suas necessidades culturais, sociais, econômicas e sua autossuficiência com relação ao consumo interno, à preservação de sementes tradicionais (crioulas) e da sociobiodiversidade. Isso tudo, confronta com a tendência dominante que se caracteriza pela padronização, tanto da produção marcada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos com sérios danos à saúde e ao meio-ambiente como dos hábitos alimentares comandado pela grande mídia, ambos conduzidos pelos interesses econômicos de corporações transnacionais.

**b) A Segurança Alimentar e Nutricional**

A segurança alimentar e nutricional é um conceito bastante amplo e que é marcada por diversos enfoques que guiam a elaboração e execução de políticas públicas.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar relaciona-se ao acesso físico, social e econômico ao alimento seguro e suficiente para suprir as necessidades nutricionais. Já a segurança nutricional envolve o acesso à água, ao saneamento básico e a serviços de saúde, além de práticas alimentares que garantem o consumo adequado de macro e micro nutrientes (CSA, 2012; SOFI, 2013)[[2]](#footnote-2).

A Lei nº 11.346/2006[[3]](#footnote-3) consagrou que no Brasil, segurança alimentar e nutricional (SAN) é o direito de todos e todas ao acesso regular e permanente a alimentos saudáveis e adequados e que não comprometa a realização de nenhum outro direito. A garantia da SAN requer o respeito à diversidade cultural e a preservação da sociobiodiversidade por meio de sistemas de produção e consumo sustentáveis. Nesta definição e também no que apresentamos sobre o que é “Comida de Verdade” estão contempladas as duas dimensões do Direito Humano à Alimentação Adequada[[4]](#footnote-4) -, quais sejam estar livre da fome e ter acesso a uma alimentação adequada.

Em São Paulo, a lei nº 15.920, de 18 de dezembro, além do previsto na lei nacional acima citada, prevê que a Segurança Alimentar e Nutricional requer:

I – a adoção de medidas para o enfrentamento dos distúrbios e doenças decorrentes da alimentação inadequada, bem como para a efetivação do controle público quanto à qualidade nutricional dos alimentos, práticas indutoras de maus hábitos alimentares e a desinformação relativa à segurança alimentar e nutricional em nível local;

II – a educação alimentar e nutricional, visando contribuir para uma vida saudável e para a manutenção de ambientes equilibrados, a partir de processos continuados e estratégias que considerem a realidade local e as especificidades de cada indivíduo e seus grupos sociais.

**c) Produção de Alimentos na cidade de São Paulo**

**Agricultura Urbana e Agroecologia**

Na síntese e conclusões do “Seminário Internacional em Agricultura Urbana e Segurança Alimentar”, que aconteceu na Angola em 2010, é realçado que a “*AU(Agricultura Urbana) representa uma das soluções para lutar contra a pobreza e insegurança alimentar, na medida em que pode contribuir substancialmente para atenuar as situações de pobreza, garantir a segurança alimentar das populações mais desfavorecidas, aumentar a qualidade de vida e melhorar o ambiente*”. Então a AUP *(Agricultura Urbana e Periurbana)* poderia ser considerada como uma ferramenta para uma urbanização sustentável (Mougeot, 2005), levando em conta que ela aborda dois desafios globais: produção de alimentos saudáveis e desenvolvimento sustentável das cidades (Stell, 2008).

São Paulo é uma metrópole com 11 milhões de habitantes que nas últimas três [décadas](http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cadas) tem atravessado uma clara mudança em seu perfil econômico: de uma cidade com forte caráter industrial, o município tem cada vez mais assumido um papel de cidade [terciária](http://pt.wikipedia.org/wiki/Servi%C3%A7os), pólo de serviços e negócios para o país. A cidade se desenvolve em uma área de 1523 km2, dos quais 222 Km2 em zonas cultiváveis, compreendendo 14,75% do território municipal. Em São Paulo a agricultura se encontra em espaços diversificados: desde praças ou telhados nas áreas centrais (como Vila Madalena e Pinheiros), abaixo das linhas elétricas que caracteriza-se como espacos vazios (como na região Leste) até as áreas mais rurais, que estão mais concentradas na zona sul da cidade. As funções da agricultura na cidade variam entre : lazer, geração de renda, troca de experiência, mitigação ambiental e gestão de resíduos, produção de alimentos.

De acordo com levantamento da prefeitura, há mais de mil pequenos produtores rurais dentro dos limites de São Paulo. A maior parte da área agrícola encontra-se na área sul da cidade no distrito de Parelheiros e Marsilac. São 353 km² ricos em recursos naturais: água límpida (a região produz 24% da água de Sao Paulo) e florestas.

Na região de parelheiros tem dois grandes grupos de produção, o primeiro que diz respeito a 56% dos agricultores cultivando plantas ornamentais sendo as mais recorrentes: Tuias, Buxinho, Moréia, Azaléia, Fênix, Ráfia e grama amendoim e Sr. Carlos, o segundo grupo (40%) esta relacionado ao cultivo de hortaliças com uma grande diversidade os demais 4 % estão distribuídos em outros cultivos sendo o mais preponderante o de frutíferas. Na área de Parelheiros só 6 foram agricultores foram certificados pelo Ministério da Agricultura como produtores orgânicos e mais 37 agricultores aderiram em 2010 ao protocolo de boas praticas agroambientais que tem como principal objetivo a substituição dos insumos químicos pela utilização de insumos orgânicos, reduzindo custos aos produtores e o impacto ao meio ambiente promovendo também a qualidade da água e do solo.

Na Zona Leste, a agricultura é presente em poucos espaços (escolas, abaixo da linhas elétricas ou em cima de dutos). Nessa área tem 21 Hortas Comunitárias orgânicas onde trabalham 115 pessoas garantindo a subsistência de 650 pessoas considerando as famílias e 15 hortas escolares onde participam 3.972 alunos das atividades.

No centro da cidade de Sao Paulo, desde 2012, estão surgindo hortas comunitárias. Agora tem mais de 20 hortas, onde trabalham mais ou menos 10 pessoas para cada uma delas, com um perfil etário muito diversificado (de 13 até 60 anos) principalmente moradores do bairro. Os canteiros podem ser individuais ou coletivos, mas o espaço é publico e cada pessoa pode entrar e participar dos trabalhos e/ou colher o que foi cultivado.

A prefeitura tem um programa municipal de agricultura urbana e periurbana (PROAURP), criado pela Lei nº 13.727/2004, e implementado pelo Decreto n° 45665, que visa incentivar e apoiar a produção agro-ecológica e comercialização na cidade de São Paulo.

As ações das associações, ONG’s e movimentos são muito importantes para o efeito multiplicador da agricultura urbana, acompanhamento dos produtores e da sociedade civil no processo de consumo consciente e saudável, bem como na difusão e conexão entre espaços e pessoas interessadas da Agricultura Urbana.

**Fatores de risco: agrotóxicos e industrialização**

Agrotóxicos, ou defensivos agrícolas, como são chamados, são produtos químicos usados na agricultura e na pecuária contra as pragas e doenças (inseticidas, fungicidas, acaricidas, nematicidas, herbicidas, bactericidas, vermífugos). Existem cerca de 15.000 formulações para 400 agrotóxicos diferentes, sendo que cerca de 8.000 formulações encontram-se licenciadas no País, inclusive fórmulas que são proibidas em outros países. O uso de agrotóxicos ao longo dos anos tem provocado o acúmulo de resíduos de compostos químicos nocivos na água, no solo e no ar, sendo agravado pela falta de controle e orientação nos procedimentos e produtos utilizados. É esse o resultado da alta dependência de insumos químicos usados no controle de pragas, doenças e invasoras nas lavouras para garantir índices de produtividade que proporcionem maior retorno econômico à atividade. O Estado de São Paulo ocupa a 1ª colocação no país no quesito consumidor de agrotóxicos. O mesmo acontece com a questão da produção: 80% dos agrotóxicos produzidos no país são fabricados no Estado de São Paulo.

A intensa e contínua contaminação dos recursos naturais e os riscos que as aplicações de agrotóxicos geram para a saúde humana e para a biodiversidade demandam a implementação de estratégias de conscientização da população e em especial dos agricultores sobre o perigo ambiental do uso indiscriminado de defensivos, em especial sobre os recursos hídricos, bem como banimento de produtos altamente nocivos e controle mais rigoroso da comercialização e uso.

Para acompanhar os produtores orgânicos existe uma Plataforma específica de apoio à Agricultura Orgânica na cidade de Sao Paulo formada por mais de 30 organizações e movimentos da sociedade civil que ganham novo impulso com a articulação de novos grupos da cidade e prometem fortalecer a alimentação saudável na cidade de Sao Paulo.

Para que possam comercializar seus produtos no Brasil como "Orgânicos", os produtores devem se regularizar. Para vender na feira, o produtor sem certificação deve apresentar um documento chamado Declaração de Cadastro, que demonstra que ele está cadastrado junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e que faz parte de um grupo que se responsabiliza por ele. Neste caso, só o produtor, alguém de sua família ou de seu grupo pode estar na barraca, vendendo o produto.

Caso o interesse seja apenas pela venda direta ou institucional, os produtores podem formar uma Organização de Controle Social - OCS.

**d)Em direção à comida de verdade**

Essa breve descrição das características atuais de nossa alimentação remete ao lema da 6ª CNSAN: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Com este lema, instigamos governo e sociedade civil a refletir e apresentar proposições para a garantia da segurança alimentar e nutricional e da soberania alimentar. Com foco em dar visibilidade a todas as etapas e dimensões que resultam no que está no nosso prato para comermos, a indissociabilidade do campo e da cidade para definitivamente erradicarmos a fome com acesso à alimentação saudável e adequada, à importância da revitalização da nossa diversidade cultural enquanto patrimônio, mas também estratégia de proteção da nossa sociobiodiversidade.

No plano institucional, da afirmação de direitos garantidores da SAN e da construção de mecanismos para sua efetivação também se destacam avanços, como a aprovação da Lei n º 15. 920, a regulamentação e funcionamento da CAISAN, a resstruturação de Conselho nos moldes estabelecidos pela esfera Nacional e a adesão ao SISAN.

Os desafios à realização efetivas da SAN, DHAA e da soberania alimentar estão relacionados a aspectos estruturais da sociedade brasileira sendo a desigualdade seu especto mais eminente, ao modelo hegemônico de desenvolvimento, bem como à maneira como se organiza o sistema alimentar mundial e sua reprodução em todas as escalas (nacional, estadual, municipal e local).

**Eixo 2 – Dinâmicas em curso, escolhas estratégics para a política pública de Segurança Alimentar e Nutricional na cidade de São Paulo**

Esse eixo, trata das dinâmicas em curso, das escolhas estratégicas e das políticas necessárias para enfrentar os desafios mencionados anteriormente, busca conduzir r reflexões em torno de possíveis diretrizes que que servirão de subsídios para a construção da Política e Plano Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, sem pretender esgotá-las.

**a)Abastecimento, sistemas de distribuição e comercialização na cidade de São Paulo**

O abastecimento é de fundamental importância para a Segurança Alimentar e Nutricional de uma cidade, ainda mais se essa cidade tiver a magnitude que tem São Paulo.

A cidade conta hoje com 880 feiras livres espalhadas por toda a cidade e que tem pôr principal finalidade abastecer a população com gêneros alimentícios frescos e de qualidade. A Prefeitura tem a responsabilidade de organizar, fiscalizar e fomentar a existência das feiras livres na cidade. Além disso, ela tem se empenhado na viabilização de feiras de produtos orgânicos para garantir que a população tenha, cada vez mais, acesso a alimentos livres de agrotóxicos, com um preço acessível. Até o momento estão instaladas 6 feiras orgânicas na cidade, como segue: Ibirapuera, Parque Burle Marx, Parque do Carmo, Largo da Batata, Mercado Municipal Kinjo Yamato e na Praça Charles Muller.

A cidade ainda conta com a existência de 15 mercados municipais e 17 sacolões que têm a função de levar alimentos saudáveis e de qualidade para a população.

Com a prerrogativa de atender famílias que não têm condições de prover sua alimentação de forma adequada, a Prefeitura tem o Programa Banco de Alimentos, que arrecada doações de alimentos e as distribui, por meio de entidades assistenciais cadastradas. Em 2014, o Banco de Alimentos aderiu ao PAA – Programa de Aquisição de Alimentos do Governo Federal, que promove o acesso de alimentos às populações em situação de vulnerabilidade econômica e a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

Avalie a importância das feiras livres atualmente. Elas são acessadas por toda a população? Qual a importância das feiras de orgânicos? Como garantir acesso aos orgânicos pela população em geral? Avalie o papel dos mercados e sacolões municipais e a forma com têm sido sua atuação na atualidade.

**b)Vulnerabilidade de grupos específicos (povos indígenas e povos e comunidades tradicionais)**

A insegurança alimentar grave apresentou reduções importantes em relação a levantamentos anteriores. Caiu de 6,9%, em 2004, para 3,2% em 2013. Contudo, o recorte por cor ou raça demonstra que a insegurança alimentar moderada ou grave correspondia a 29,8% entre os pretos e pardos, enquanto que, entre os brancos, a proporção foi de 14,4%.

A taxa de mortalidade infantil entre os povos indígenas continua 2,5 vezes maior em relação à população brasileira: 26% das crianças indígenas menores de 5 anos apresentam desnutrição crônica e 15% desnutrição aguda. Entre as comunidades quilombolas, 18,7% das crianças menores de 5 anos apresentam desnutrição crônica e cerca de 6% desnutrição aguda.

Os números nos mostram que esse grupos específicos têm grande vulnerabilidade em relação aos outros. Em São Paulo existem comunidades idígenas de diversas etnias que se alocam especilamente na Zona Sul e Oeste da cidade e necessitam de um olhar especial nesse sentido.

É necessário, portanto, identificar claramente esses grupos populacionais em situação de insegurança alimentar e priorizá-los na implementação de políticas públicas de soberania e segurança alimentar e nutricional.

Quais são os principais problemas enfrentados por esses grupos? Existem políticas públicas de alimentação voltadas para os mesmos? Elas respeitam as especificidades culturais? O que pode ser feito para alterar essa gama de situações?

**c)Fome, pobreza, desigualdade social, desigualdades regionais de acesso a alimento e acesso aos alimentos por grupos vulneráveis (moradores de rua, idosos, mulheres e crianças)**

**c1-Fome, pobreza e desigualdade social**

Apesar dos recentes avanços nas questões realacionados à fome à miséria conquistados por intermédio da adoção de políticas públicas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional e ao acesso à renda, referendado pela divulgação dos dados da FAO, segundo os quais o Brasil deixou de compor o Mapa Mundial da Fome, ainda persistem em nossa sociedade o problema da desigualdade social, miséria e consequentemente o flagelo da fome.

De acordo com estudos e levantamentos realizados as desigualdades regionais na cidade de São Paulo ainda persistem. Essa desigualdade se expressa nas condições de habitação, renda, escolaridade, gênero, idade e estrutura familiar e na privação dessas variáveis. As regiões que se encontram em torno do centro não apresentam níveis de privações significativos, o que não quer dizer que nessas áreas não haja pobreza ou falta de acesso aos serviços públicos. Os espaços onde persistem a vulnerabilidade social levadas em conta as variáveis adotadas são, mais uma vez, aqueles distribuídos pontualmente nos extremos das periferias sul e leste.

Esses aspectos relacionados apresentam a disparidade social entre as diferentes regiões da cidade de São Paulo. A desigualdade social impacta diretamente no acesso dessas populações ao alimento, pois o baixo nível de renda compromete a capacidade de compra, principalmente, no que diz respeito aos alimentos saudáveis. Quanto menor a renda, maior a participação da despesa com alimentação, que chega até 27,8% para famílias com rendimento mensal de até R$ 830,00. A escolaridade, como apontado, também é uma fator importante na determinação da situação de segurança alimentar. De que forma tem sido enfrentada essa situação na região, no local em que vive? Existem novas possibilidades para a garantia de acesso nessas regiões? Quais? De que forma o poder público pode agir para que essas disparidades sejam diminuídas? Há equipamentos que visam à garantia de uma alimentação adequada para a população com maio vulnerabilidade social?

**C2- Acesso aos alimentos por grupos vulneráveis: população em situação de rua, idosos, mulheres e crianças**

Conforme apontado acima, a desigualdade social afeta a Segurança Alimentar e Nutricional de populações inteiras dentro de uma mesma cidade. Quando nos voltamos a grupos específicos essa vulnerabilidade tende a ser maior. São Paulo possui hoje centenas de moradores de rua que são privados cotidianamente de condições básicas de vida: convivem com a insalubridade das ruas, não se alimentam ou se alimentam de forma irregular, não têm acesso aos serviços públicos básicos, são marginalizados, não conseguem se inserir no convívio social, em função de: falta de documentação, não ter endereço fixo, etc. Atualmente, existem ações em curso para sanar ou ao menos minimizar essa situação na cidade. Foi criada uma Coordenação de Políticas para a População de Rua que tem por objetivo principal a articulação das diferentes secretarias municipais para a formulação de ações e projetos voltados para a especificidade do tema. Nesse sentido, existem, por exemplo, algumas ações e projetos que podem ser citados: formação e capacitação para se assegurar a empregabilidade, construção de novos centros de acolhida, restaurantes comunitários e moradias populares, etc. Como de fato, podemos avaliar projetos/ ações, para verificação e ajustes necessários na continuidade dos mesmos, buscando sua a eficácia e eficiência, para garantida da Segurança Alimentar e Nutricional? Que outras ações podem ser articuladas para a garantia de direitos dessa população? Como garantir alimentação? De que tipo de alimentação estamos falando ao garantir esse acesso?

No caso da população idosa, a cidade tem a prevalência de casos onde essa população tem renda para acesso aos alimentos, mas não possuem condições físicas de acesso. Isso acontece, porque o idoso não tem condições de sair de sua casa e dirigir-se a uma feira, ou por esta estar longe de sua residência ou por não ter condições de se locomover. Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social existe um programa denominado “Serviço de Alimentação Domiciliar para Pessoa Idosa” que visa contribuir para a melhoria da qualidade de vida, através da entrega de uma refeição diária de 2ª à 6ª feira. Esse programa atende 180 pessoas diariamente. O que deve ser feito para essa população? Todos os idosos nessa condição são atendidos regularmente? Podemos ampliar esse tipo de atendimento, de forma a estimular a autonomia do idoso, com a participação dos jovens?

Breve reflexão: Pensando na autonomia, convívio social do idoso, será possível, pensarmos em espaço de convivência e alimentação como:

Restaurante popular, feiras livres mais próximas de sua residência, que possa contar com o apoio de jovens, que também é um outro grupo vulnerável, atuando como monitores, que auxiliem no processo de aquisição de produtos – da compra á entrega em domicilio junto com o idoso). Criando um outro espaço profissional para o jovem (Acompanhante de idoso/ portadores de necessidades especiais, estimulando o convívio e compreensão das diferentes realidades biológicas e sociais do ser humano.

As mulheres têm importante papel na produção de alimentos saudáveis. Elas são responsáveis, em grande parte, pela produção destinada ao autoconsumo familiar e pelas práticas agroecológicas, conservação e reprodução de sementes crioulas, garantindo qualidade de vida na família e na sociedade e manejo ambiental adequado às unidades de produção familiares.

O fortalecimento das estratégias produtivas dos grupos organizados de mulheres está diretamente relacionado à ação do Estado e da sociedade para superação das desigualdades de gênero. Contudo, as mulheres ainda acessam em menor número os recursos produtivos, serviços e créditos destinados à produção.

Analisando-se o indicador de segurança alimentar coletado por meio da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios PNAD 2013, percebe-se que a prevalência de insegurança moderada ou grave foi maior em domicílios cuja pessoa de referência era do sexo feminino: 6,9% dos domicílios cuja pessoa de referência era do sexo masculino e 9,3% quando era feminino. Essa prevalência se dá, entre outras razões, porque as mulheres em geral recebem salários menores, são responsabilizadas pelo trabalho doméstico, o que provoca uma tensão entre o tempo de trabalho remunerado e o de cuidado, incluindo o preparo da alimentação, sem contar o tempo de mobilidade, sobretudo nas grandes cidades. Na ausência de divisão do trabalho doméstico e de serviços de apoio, como creches, restaurantes populares de qualidade e preço acessível, as mulheres são levadas ao uso de alimentos industrializados. Associa-se a isto o fato do acesso a alimentos frescos ser dificultado pelo pequeno número de feiras e mercados nas periferias das grandes cidades. Grande parte dos estabelecimentos nestas regiões comercializa predominantemente produtos industrializados, a oferta de frutas, hortaliças é restrita, a qualidade nem sempre adequada e os preços elevados. Diante desse retrato, como podemos alterar o quadro acima exposto? O que fazer diante da desvalorização do tabalho da mulher? O que fazer para que as mulheres sejam cada dia mais liberadas das atividades domésticas sem prejuízo da alimentação das crianças por exemplo? Que reflexos isso teria na qualidade da alimentação? Que papel cumpre a escola na oferta de alimentos às crianças e adolescentes?

**C3- Desigualdades regionais na disponibilidade e acesso aos alimentos na cidade de São Paulo**

Os resultados da tese de Doutorado defendida em julho de 2013 na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP e intitulada "***Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar***", de autoria da Dra. Ana Clara Duran demonstram existir desigualdades regionais no acesso a alimentos saudáveis, como frutas e hortaliças, na cidade de São Paulo, favorecendo as regiões mais ricas. Por exemplo, o consumo de frutas e hortaliças foi 40% e 26% maior, respectivamente, em bairros onde havia estabelecimentos vendendo frutas e hortaliças. A pesquisadora estudou estabelecimentos de comercialização de alimentos para consumo no domicílio, como supermercados e pequenos mercados e de comercialização de alimentos para consumo imediato – restaurantes, lanchonetes, padarias, etc.. O acesso a alimentos saudáveis foi medido a partir de índices que resumiram as medidas coletadas e validadas em todos os estabelecimentos encontrados na amostra de setores censitários acerca da disponibilidade, variedade, preço e promoção de alimentos.

Associações entre variáveis no nível da vizinhança (bairro) e o acesso a alimentos foram também testadas com os dados coletados em amostra de 1.842 adultos residentes nos mesmos setores censitários acerca do consumo regular de frutas, hortaliças e bebidas açucaradas.

Abaixo cada um destes achados em detalhes.

1. C1.1Localização de equipamentos públicos (feiras-livres, mercados e sacolões municipais) e estabelecimentos privados (supermercados) de comercialização de alimentos.

- Maior concentração de feiras-livres, mercados e sacolões municipais nas regiões mais ricas da cidade, em especial no Centro e Zona Oeste. Nas regiões Norte e Leste há uma quantidade também maior destes estabelecimentos, quando comparada à região Sul, que apresenta a pior concentração destes equipamentos públicos em São Paulo (Figura 1).

- Maior concentração de mercados, supermercados e hipermercados nas regiões de média e alta renda em São Paulo: centro e zona oeste.

- Pequenos mercados de bairro mais frequentemente encontrados em bairros de menor nível socioeconômico.

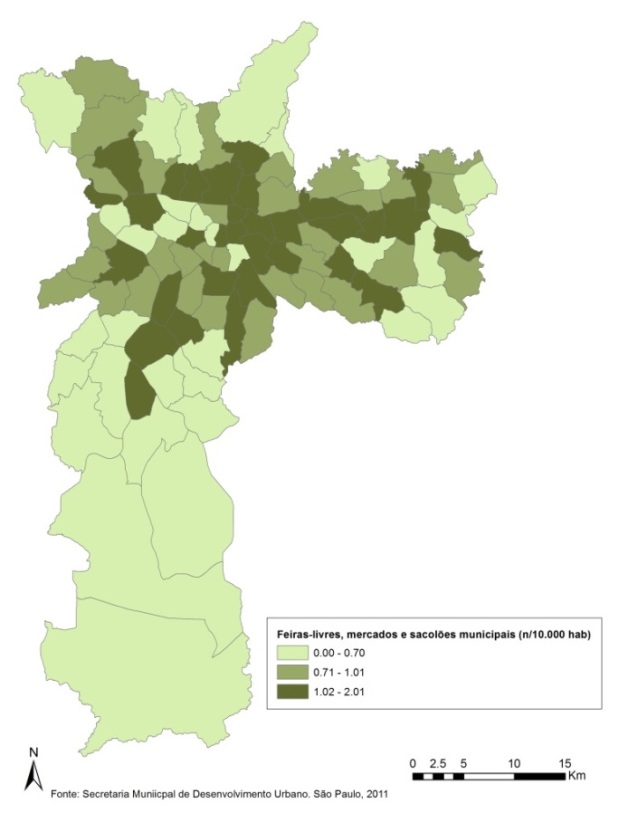


Figura 1. Densidade de equipamentos públicos de comercialização de alimentos para consumo no domicílio. São Paulo, 2011.

1. C.1.2Diferenças entre os diversos tipos de estabelecimentos de comercialização de alimentos

- Feiras-livres, mercados municipais e sacolões apresentaram o maior acesso a alimentos saudáveis (incluindo disponibilidade, variedade e promoção e propaganda), seguidos por supermercados. “Pequenos mercados de bairro” apresentaram os piores índices de acesso a alimentos saudáveis.

- Estabelecimentos de comercialização de alimentos localizados em bairros de maior nível socioeconômico – independente se eram “pequenos mercados de bairro”, supermercados ou feiras-livres – apresentaram um melhor acesso a opções saudáveis, quando comparados a estabelecimentos similares, mas localizados em áreas de menor nível socioeconômico.

- Clara desigualdade de acesso a alimentos saudáveis no município de São Paulo, favorecendo bairros mais ricos.

1. C.1.3Impacto da disponibilidade de alimentos no consumo

- Utilizando dados secundários acerca da localização das feiras-livres, mercados e sacolões municipais na cidade, encontramos uma associação ecológica com o consumo de frutas e hortaliças: subprefeituras com maior concentração de feiras-livres, mercados e sacolões municipais tinham uma maior prevalência de consumo regular de frutas e hortaliças (≥ 5 vezes na semana).

- Utilizando os dados individuais e sobre o ambiente alimentar coletados como parte da tese de doutorado da Dra. Ana Clara Duran, o consumo de frutas e hortaliças e bebidas açucaradas foi associado às medidas do ambiente alimentar local – aquele próximo a residência. No caso, foi utilizando um raio de 1,6 km em torno da residência, ou seja, foram considerados todos os estabelecimentos avaliados (públicos e privados) que comercializassem alimentos nesta área.

- O consumo de frutas e hortaliças entre indivíduos de baixa renda vivendo em bairros com baixa densidade de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais foi significativamente menor do que entre indivíduos de baixa renda, porém vivendo em áreas de alta densidade de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais. As diferenças entre os mais ricos e os mais pobres desapareceram com o aumento do numero de supermercados, feiras-livres, mercados e sacolões municipais em torno da residência.

- Após ajustes para medidas individuais de sexo, idade, educação e renda, o consumo de frutas e hortaliças foi 40% e 26% maior, respectivamente, entre residentes da cidade de São Paulo que tinham estabelecimentos que vendiam frutas e hortaliças próximos da sua residência (até 1,6 km).

- Aqueles participantes da pesquisa que viviam em áreas com maior quantidade e variedade de bebidas açucaradas (sucos e refrescos industrializados e refrigerantes) apresentaram uma prevalência de consumo regular destas bebidas (≥ 5 vezes na semana) 15% maior.

- Menores preços de bebidas açucaradas em regiões mais pobres da cidade foram associados a seu maior consumo.

Considerando tais resultados, a pesquisadora, concluiu haver diferenças no acesso a alimentos saudáveis em São Paulo, favorecendo as regiões da cidade de níveis socioeconômicos médio e alto. Ademais, aspectos do ambiente alimentar foram associados ao consumo de frutas, hortaliças e bebidas açucaradas.

Políticas públicas e intervenções com o objetivo de diminuir as desigualdades de acesso da população a alimentos saudáveis devem considerar o impacto de aspectos do ambiente alimentar – localização de equipamentos públicos de comercialização de alimentos, assim como disponibilidade, preço, variedade e qualidade de alimentos saudáveis e não saudáveis sendo comercializados. Como lidar com o predomínio de grandes grupos de supermercados? Que meios podem ser adotadas para que haja uma regulação dos preços dos alimentos? O que pode ser feito para que a população tenha acesso a alimentos saudáveis a preços mais acessíveis? Como estimular a produção de pequenos agricultores?

**d)Acesso universal à água, crise hídrica e implicações na Segurança Alimentar e Nutricional da população da cidade de São Paulo**

O acesso à água de qualidade é um direito humano básico que necessita ser efetivado para toda a população, Requer o uso sustentável da terra, a proteção dos mananciais, das beiras de nascentes e rios e das florestas. As mudanças climáticas acentuam as crises associadas à seca, à falta de água e às enchentes, como se tem verificado no período recente. A despeito do enorme avanço verificado nessa área nos últimos anos, ainda encontramos no país milhares de famílias com dificuldades para acessar água de qualidade todo dia.

O planeta passa por mudanças climáticas que incluem o aumento da temperatura e uma frequencia e intensividade de eventos extremos como inundações e secas. Nas ultimas decadas as cidades cresceram muito e o consumo por pessoa também.

Pesquisas revelam que cada brasileiro consome em media 165 litros de agua por dia, enquanto a Organização Mundial da Saúde (OMS) indica que um volume de 50 a 100 litros por dia é o suficiente. Um outro dado é que mais de 30% da agua distribuida no Brasil é perdida em vazamentos ou desvios, fraudes e irregularidades. Além disso a maior parte da agua disponivel no país se localiza na região Norte enquanto a maioria da população se concentra na região sudeste onde há.

São Paulo e varias cidades vizinhas que formam a maior região metropolitana do país estão sofrendo com a maior crise de falta d’agua da sua historia. Varias causas podem ser consideradas tais como: desmatamento, a ocupação desenfreada em area de mananciais, falta de planejamento de medio e longo prazo e mais recentemente a falta de chuvas nas cabeceiras de rios que abastecem o sistema Cantareira que é o responsável sozinho pelo abastecimento de 9 milhões de habitantes na grande São Paulo, fato esse que evidenciou a fragilidade do sistema. Cerca de metade da agua que abastece a região metropolitana de São Paulo vem da Bacia do Rio Piracicaba que fica na região de Campinas que também sofre os mesmos danos e as mesmas consequencias.

É necessário, todavia, fortalecer a noção da água como bem público; proteger as fontes de água; continuar a expandir as tecnologias sociais de acesso à água em todo o país, além do semiárido; garantir sua qualidade; e investir na recuperação e conservação dos cursos de água, mananciais e nascentes. Urge, portanto, o investimento em tecnologias sociais voltadas para uso produtivo da água na atividade agrícola familiar, indígena e tradicional, associada a uma política de assistência técnica com foco no uso de tecnologias sustentáveis, bem como implementar sistemas coletivos de abastecimento de água de pequeno porte nas regiões mais afetadas pela seca e universalizar o abastecimento de água e saneamento nas escolas e creches públicas e em outros equipamentos e serviços públicos coletivos associados à promoção da alimentação saudável, em todo seu percurso, ou seja, de toda produção do alimento (do campo á mesa).

**e)Perfil alimentar e nutricional: implicações na saúde da população da cidade de São Paulo**

A saúde e a alimentação adequada são direitos assegurados a todo cidadão pela Constituição Federal Brasileira. Nesse sentido, menciona- se o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), que diz que todo cidadão tem direito a uma alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Este conceito, por sua vez, está fortemente relacionado ao conceito do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que possui duas dimensões indivisíveis: (1) o direito de estar livre da fome e da má nutrição e (2) o direito a uma alimentação adequada e saudável (CONSEA, 2010). Nesse sentido, a SAN é capaz de garantir que as duas dimensões do DHAA sejam cumpridas (CONSEA, 2006).

Desde a década de 70, o Brasil vem passando por um processo de transformação do estado nutricional da população, denominado “transição nutricional”, com diminuição da desnutrição e maior proporção de obesos (BRASIL, 1991). É observado também o surgimento de outras doenças crônicas não transmissíveis, como a hipertensão, e o diabetes, e aquelas relacionadas à carência de nutrientes, como a anemia ferropriva e a desnutrição.

Outra doença causada por deficiência de nutrientes, nesse caso, o ferro, é a anemia, sua prevalência é de 22,6% para crianças de até 59 meses e de 28,5% para as mulheres, onde temos como um grupo de risco os lactentes menores de 2 anos, pré escolares, escolares, mulheres adolescentes e gestantes (IBGE, PNDS, 2009).

Ainda pensando no binômio alimentação e saúde, é importante observar a relação entre consumo e renda. De acordo com a POF, 2008 – 2009 aqueles indivíduos com uma renda menor, demonstraram uma alimentação mais adequada dentro de casa, com o consumo de arroz (6,3%), feijão (3,9%) e legumes e verduras (2,7%). Por outro lado, aqueles indivíduos com uma renda maior, demonstraram um consumo mais elevado de alimentos fora do lar (49,3%), quando comparados aqueles de renda mais baixa (17,2%). Dessa forma foi possível observar que aquelas pessoas que realizam refeições fora do lar com maior frequência, consumiram também mais alimentos de baixo valor nutricional, como sanduíches e salgados (1,7%), lanches (3,1%), e refrigerante (1,5%).

Considerando o cenário de alimentação e saúde mencionado, se faz necessária a implementação de programas de segurança alimentar e nutricional, que não pode ter apenas como meta acabar com a fome, mas precisa garantir alimentos de qualidade, e a todos. Nesse sentido São Paulo aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Sisan ao aprovar a lei 15.920 de 18 de Dezembro de 2013. Dessa forma, o governo municipal tem o dever de formular e implementar as ações públicas em Segurança Alimentar e Nutricional de forma mais integrada entre os entes federados e participação da sociedade civil (CAISAN NACIONAL, 2014).

Na cidade de São Paulo o fenômeno denominado “transição nutricional” se reproduz e estas mudanças acompanharam a urbanização e a metropolização da cidade, aceleradas a partir dos anos 70 do século XX.

A obesidade está associada a fatores de risco para as DANT (Doenças e Agravos Não-Transmissíveis) especialmente doenças cardiovasculares, respiratórias e metabólicas, além de contribuir para baixa autoestima e discriminação social, levando a complicações emocionais. Considerada uma epidemia global, sua prevalência em crianças e adolescentes vem aumentando de forma significativa nas últimas décadas, provocando um impacto negativo para a Saúde Pública, pois doenças antes restritas aos adultos, como depressão, diabetes e hipertensão, também têm suas prevalências aumentadas nessa faixa etária.

A etiologia da obesidade é multifatorial. Nesse sentido, destacam-se os fatores ambientais e comportamentais, como o aumento do consumo de alimentos ricos em gorduras e açúcares, e, ao mesmo tempo, alimentos refinados (pobre em fibras) e processados. Neste contexto, o público infantil é particularmente vulnerável, uma vez que é mais suscetível às propagandas publicitárias, que se utilizam de brindes associados aos alimentos (fast food) e personagens famosos impressos nas embalagens de alimentos industrializados. Também é importante considerar o papel do sedentarismo como condicionante desta doença, e suas consequências, positivas ou negativas, destacando-se entre essas últimas as dificuldades de mobilidade urbana, falta de segurança, substituição do lazer ao ar livre pela televisão e computador. Abaixo dados e medidas para indicar a obesidade:

1 Sobrepeso – Índice de massa corporal – IMC 25,0 - 29,9 Kg/m2 (OMS, 1997)

2 Obesidade – IMC > 30 kg/m2 – excesso de gordura corporal acumulada no tecido adiposo, com implicações para a saúde.

Inquéritos e pesquisas realizadas tanto pelo Ministério da Saúde (VIGITEL3, 2006, 2012), como pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (SMS-SP), em parceria com a Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – FSP/USP - (ISA-Capital 2003, 2008), revelam um cenário preocupante na cidade. Segundo dados do ISA-CAPITAL, para os anos de 2003 e 2008, foi observada uma tendência de aumento das prevalências de sobrepeso 15,9% e 17,4% e obesidade – 2,7 % para 5,5%, respectivamente, na faixa etária de 12 a 18 anos.

Para a hipertensão a VIGITEL, 2010, mostra que cerca de 22,9% dos adultos paulistanos apresentam esse diagnóstico, com 19,7% dos homens, e 25,8% das mulheres. Além disso, o ISA – Capital, realizado no município de São Paulo revelou aumento dessa prevalência em maiores de 18 anos. E entre crianças e adolescentes detectou-se valores de 2,7%. Na população adulta observa-se, segundo dados do VIGITEL5, tendência de aumento entre os anos 2006 e 2012, tanto das prevalências de sobrepeso (44% versus 52%), quanto de obesidade (10,9% versus 17,8%). Quanto aos fatores de proteção e risco associados, uma avaliação comparativa do mesmo período revela que embora alguns se apresentaram favoráveis no mesmo período, como por exemplo, o aumento do consumo recomendado de frutas e hortaliças, (de 9,4% para 25,5%); e a diminuição do consumo de carnes com gordura (de 40,9% para 32,2%); de tabagismo (de 18,7% para 15,5%); enquanto outros apresentaram-se desfavoráveis, como o aumento da inatividade física – de 13,5 para 14,1% e o aumento do consumo de refrigerantes – de 14,5% para 31%.

Um aspecto agravante desses resultados é o fato de que esta população utiliza pouco os serviços de saúde e, neste caso, as políticas intersetoriais de promoção da saúde e prevenção de excesso de peso são essenciais para o enfrentamento do problema, devendo-se utilizar os vários espaços privilegiados para isso.

No caso do diabetes, de acordo com o ISA – Capital, 2008, a prevalência dessa doença se dá em maior proporção no sexo feminino (7,2%), na faixa etária de 60 anos ou mais (20,1%) e entre os viúvos (21,2%).

Por outro lado, o cenário de saúde na cidade de São Paulo não tem viés apenas para as doenças crônicas não transmissíveis, mas também, para as doenças carenciais. Estas carências são o reflexo das contradições alimentares do nosso país, podendo ser observada independente das condições socioeconômicas, e deve ser encarada como um problema ainda presente e bastante complexo (MONTILLA, ALDRIGHI, MARUCCI, 2010).

Uma das doenças carenciais é a desnutrição, que pode ser determinada através do déficit de crescimento e déficit de peso em relação à altura.

Em um estudo realizado no Brasil, foi observado que o número de óbitos por desnutrição na infância reduziu em 95%, entre os anos 1979 e 2009 e que no ano de 2009, 1% dos óbitos de crianças foi devido a esta doença. Já a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS, 2006) indicou que 6,8% das crianças brasileiras menores de 5 anos apresentam déficit de crescimento em relação a idade , sendo maior entre os meninos (6,7%) do que entre as meninas (5,7%), e que 4,1% dessa população estão com déficit de peso para a altura.

Apesar de ser esperada uma forte relação positiva entre educação (anos de estudo) e alimentação adequada, de fato, alguns problemas relacionados com a alimentação inadequada, como Doenças Cardíacas, Doenças Cerebrovasculares, Neoplasias (Câncer) e Diabetes Melito, estão entre as 10 principais causas de mortalidade no Brasil e não apresentam a relação positiva esperada com os anos de estudo, estando fortemente relacionados com quadros de sobrepeso e obesidade.

A Tabela abaixo, com dados de 2000, do Banco de Dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS apresenta as 10 principais causas de morte, no Brasil, extraídas das declarações de óbito.

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | | |  |  |  | | --- | --- | --- | |  | **Causas da Morte Agrupadas e Classificadas pela CID-10** | **Ocorrências** | |  | | | | 1 | **Doenças do coração** | 197031 | | 2 | **Neoplasias** | 120493 | | 3 | **Doenças cerebrovasculares** | 84688 | | 4 | Morte sem assistência médica | 78662 | | 5 | Sintomas, sinais e achados anormais clínicos e laboratoriais | 54450 | | 6 | Agressões | 45343 | | 7 | **Diabetes mellitus** | 35280 | | 8 | Doenças crônicas das vias aéreas inferiores | 33707 | | 9 | Acidentes de transporte | 29640 | | 10 | Pneumonia | 29345 | |  | | |   Fonte: [**MS/Secretaria de Vigilâmcia em Saúde - Sistema de Informações de Mortalidade (SIM)**](http://dtr2001.saude.gov.br/svs/sis/sis00_sim.htm) | |

Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), “*muitos componentes da alimentação têm sido associados com o processo de desenvolvimento do câncer, principalmente câncer de mama, cólon (intestino grosso) reto, próstata, esôfago e estômago. As pesquisas apontam que o consumo regular, por longos períodos, de alguns tipos de alimentos, está relacionado com o aumento do risco de desenvolvimento de vários tipos de câncer. Esses alimentos devem ser evitados ou ingeridos com moderação. Neste grupo estão incluídos os alimentos ricos em gorduras, tais como carnes vermelhas, frituras, molhos com maionese, leite integral e derivados, bacon, presuntos, salsichas, linguiças, mortadelas, dentre outros. Existem também os alimentos que contêm níveis significativos de agentes cancerígenos. Por exemplo, os nitritos e nitratos usados para conservar alguns tipos de alimentos, como picles, salsichas e outros embutidos e alguns tipos de enlatados, se transformam em nitrosaminas no estômago. As nitrosaminas, que têm ação carcinogênica potente, são responsáveis pelos altos índices de câncer de estômago observados em populações que consomem alimentos com estas características de forma abundante e frequente. Já os defumados e churrascos são impregnados pelo alcatrão proveniente da fumaça do carvão, o mesmo encontrado na fumaça do cigarro e que tem ação carcinogênica conhecida. Os alimentos preservados em sal, como carne-de-sol, charque e peixes salgados, também estão relacionados ao desenvolvimento de câncer de estômago em regiões onde é comum o consumo desses alimentos. No Brasil, observa-se que os tipos de câncer que se relacionam aos hábitos alimentares estão entre as seis primeiras causas de mortalidade por câncer[ ...]O feijão, alimento rico em ferro e fibras, que tradicionalmente fazia o famoso par com o arroz, perdeu espaço na mesa dos brasileiros. Para agravar o quadro, eles também tem se exercitado menos [...]Essa tendência se observa não só nos hábitos alimentares das classes sociais mais abastadas, mas também nas menos favorecidas. O consumo de alimentos ricos em fatores de proteção, tais como frutas, verduras, legumes e cereais ainda é baixo.* *O tipo de preparo do alimento também influencia no risco de câncer. “Ao fritar, grelhar ou preparar carnes na brasa a temperaturas muito elevadas, podem ser criados compostos que aumentam o risco de câncer de estômago e coloretal.”*

**f) Processos permanentes de Educação Alimentar e Nutricional, de preservação de conhecimentos tradicionais, pesquisa e formação na área de Segurança Alimentar e Nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada**

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) pode contribuir para a segurança alimentar e nutricional estimulando a prática crítica (saber que o que se come tem reflexos na saúde e na preservação de um modelo de produção, consumo, etc.) e consciente (saber o que se está comendo) de uma alimentação que contribua tanto para a preservação da saúde como também para a reconfiguração de um sistema alimentar justo e sustentável.

De acordo com o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas[[5]](#footnote-5), lançado pelo Governo Federal em novembro de 2012, a “Educação Alimentar e Nutricional, no contexto da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada e da garantia da Segurança Alimentar e Nutricional, é um campo de conhecimento e de prática contínua e permanente, transdisciplinar, intersetorial e multiprofissional, que visa promover a prática autônoma e voluntária de hábitos alimentares saudáveis. A prática da EAN deve fazer uso de abordagens e recursos educacionais problematizadores e ativos que favoreçam o diálogo junto a indivíduos e grupos populacionais, considerando todas as fases do curso da vida, etapas do sistema alimentar e as interações e significados que compõem o comportamento alimentar”.

É preciso ressignificar que o ato de comer é um ato político que visa a transformação, que as escolhas representam tomadas de posições que podem perpetuar o sistema hege mônico operante ou que pode transformar esse estado de coisas.

Na cidade de São Paulo, as Secretarias Municipais de Saúde, Trabalho e Empreendedorismo e Educação possui ações em Educação Alimentar e Nutricional desenvolvidas no âmbito de suas atuações: na atenção básica de saúde tanto nas unidades básicas como pelas equipes de saúde da família; bancos de alimentos, feiras livres e mercados municipais; e escolas (envolvendo toda a comunidade). Apesar do crescimento e qualificação destas ações nestes âmbitos ainda é necessário maior investimento na formação dos(as) profissionais envolvidos, garantir orçamento para as ações, ofertá-las de maneira contínua e articulada a iniciativas já em curso em diferentes organizações da sociedade civil.

Em relação à formação, é fundamental que seja mantido um processo de educação permanente em segurança alimentar e nutricional e Direito Humano à Alimentação Adequada dirigida aos gestores, profissionais de diversas áreas e conselheiros da sociedade civil, visando o desenvolvimento de capacidades para a formulação e implementação da política de segurança alimentar e nutricional e seus programas e ações. Além disso, é importante implementar uma estratégia de educação permanente dos docentes do ensino fundamental e médio para que a alimentação, em suas distintas dimensões, inclusive a cultura alimentar, sejam incluídas como conteúdo transversal às diferentes disciplinas e também incidir na reformulação dos currículos de formação profissional para garantir que novas gerações atuem de maneira qualificada nestes programas.

A Escola, vista por muitos, por muito tempo como local de transmissão de conhecimentos, não pode ser reconhecida como substituta da família no importante papel de formação. É sábido, que a formação dos hábitos alimentares, se dá na primeira infância, dentro do convivio familiar. Sendo a amamentação o primeiro passo para alimentação adequada e formação dos hábitos alimentares. Há tempos, a família era a principal instituição responsável pela educação, pela formação de hábitos, porém, atualmente, o tempo de convívio, dos entes de uma mesma família, foi extremamente reduzido, não permitindo, para muitos segmentos da sociedade, ser o local de formação de hábitos. Com a entrada na Escola, podemos considerar como espaço de inserção social, transição e adaptação de dois mundos: interno (familia) com mundo externo (escola), local esse que contribui para consolidação dos hábitos, inlcuindo os alimentares, uma vez que, a interação entre os colegas, influência nas mudanças, seja social, cultural, alimentar, tendo em vista as diferenças de cada grupo. Além, dos exemplos de pessoas tidas como modelo, tais como pais, professores, artistas, gente famosa.

A criança recebe alimentação na escola, como direito a saciar a fome, contudo esse momento, vai muito além. Deve ser considerado, um momento pedagógico, rico e importantantissimo para a formação de hábitos alimentares saudáveis, pratica da cidadania Na grande maioria das vezes, apesar da determinação legal de incluir a educação alimentar e nutricional como tema a ser trabalhado pelos professores, isto não acontece, por falta de compreensão de que a alimentação é um tema que nortea todo o desenvolvimento dos aluno, do cognitivo, afetivo e social, além de desconhecerem ou serem estimulados a desenvolver práticas ou estratégias pedagogicas que contemplem o tema.

A resolução 26, do Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) de 17 de junho de 2013, em sua alínea III, do parágrafo 1º do artigo 12, estabelece ser da responsabilidade do nutricionista, desenvolver ações de educação alimentar e nutricional que devem permear o currículo escolar, de forma transversal. Como esta categoria profissional também é responsável pela alimentação, desde a elaboração de editais de compra de alimentos, de cardápios, de análise da qualidade, e também porque não é capacitada para atuar como educador, acaba não assumindo seu papel na educação alimentar e nutricional. Enfim, o desenvolvimento da educação alimentar e nutricional, deve ser organizado e planejado, por uma equipe multiprofissional, onde nutricionistas, comunidade escolar (diretores, coordenadores, professores, merendeiras, demais funcionários da escola), possam construir coletivamente plano de ação. E o fundamental, e inserir nesse grupo de trabalho os pais e a comunidade para que de fato, possa promover ações de acordo com as necessidades da região.

Enfim, as pessoas (adultos, adolescentes e crianças) adquirem, de qualquer maneira, vários hábitos. Pergunta-se: quem tem tido o protagonismo no processo de determinação dos hábitos alimentares que têm se estabelecido? A mídia, a propaganda, o “exemplo” de ídolos midiáticos tem assumido este papel eficazmente, atendendo a interesses da indústria de agrotóxicos, de alimentos e de medicamentos, causando enormes prejuízos para a saúde de grandes contingentes populacionais.

Que políticas públicas devem ser implementadas para o enfrentamento deste quadro?

No que diz respeito à pesquisa em SAN, o conhecimento que vem sendo produzido ao longo da história nesta área reflete, em parte, o diálogo entre as instituições acadêmicas e diferentes sujeitos, organizações e movimentos sociais, bem como a interação com as políticas públicas. No entanto, ainda é frágil e insuficiente a incorporação do tema na agenda de pesquisa das universidades e instituições de pesquisa brasileiras. Principalmente no que tange a criação e levantamento de indicadores da situação de segurança alimentar e nutricional em nível local.

É grande o desafio de consolidação desse processo permante de formação e articulação entre os diversos setores. Como fomentar a formação dos diferentes setores da sociedade no que concerne à SAN e ao DHAA? Que espaços e setores devem adotar e liderar esse movimento de levar conhecimento e capacitação? Como articular os diferentes setores para que garantam esse processo de formação? A escola tem sido espaço de formação de seus alimentos para a construção/adoção de hábitos alimentares saudáveis? Qual o papel das universidades e institutos de pesquisa nesse sentido?

**g)Experiências e ações em SAN em curso na cidade de São Paulo**

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional da cidade de São Paulo – CAISAN-Municipal, nas suas primeiras reuniões, decidiu elaborar um mapeamento das ações de SAN realizadas pelas diferentes Secretarias da prefeitura. Esse levantamento preliminar apontou ações voltadas para a produção, acesso aos alimentos, educação alimentar e nutricional, etc.

O Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional do Butantã (CRSANS-BT), primeiro do município de São Paulo, localizado na Subprefeitura do Butantã, zona oeste do município, atualmente vinculado á Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente, conforme Decreto nº 51.359, de 25 de março de 2010, em vias de tranferência para a SDTE. Este centro, tem por finalidade à melhoria qualitativa do padrão alimentar dos moradores da região, à conscientização para a sustentabilidade do consumo, à inclusão social e à criação de um espaço para o diálogo entre a população local e o Poder Público. Sendo estimulados ações intersetoriais, com parceiros dos diferentes segmentos, para atender diferentes públicos (escolares, professores, pais, comunidade em geral), das diversas faixas etárias por meio das práticas dialógicas, educativas e formativas, para promoção e fortalecimento da Política de SAN local, por meio de ações que integram diferentes áreas: saúde, meio-ambiente, educação, economia solidária, cultura, entre outros.

Dentro do plano de Metas da Prefeitura de São Paulo, a implantação de mais 4 Centros de Referências, para contempar as outras regiões: Norte, Sul, Leste e Centro.

Estão em curso, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, ações voltadas para a garantia de alimentação de pessoas em situação de rua, tais como a construção de restaurantes populares, serviço de alimentação domiciliar a pessoa idosa, núcleos de convivência com oferta de alimentos, fornecimento de cestas básicas, etc.

A Secretaria de Educação no âmbito de sua atuação tem o Programa de Alimentação Escolar – PAE/SP para atender as necessidades alimentares dos alunos durante o período de permanência na escola, inclusive para o atendimento de comunidades indígenas nesse sentido. Outro programa existente é o Leve Leite que distribui leite para os educandos respeitados critérios de assiduidade nas aulas. Além disso, a Secretaria realiza visitas técnicas por nutricionistas com o objetivo de supervisionar a execução do PAE/SP, tem se empenhado na realização de ações e atividades de Educação Alimentar e Nutriconal com o envolvimento da comunidade escolar e do entorno e tem trabalhado na implementação da alimentação orgânica na Alimentação Escolar por meio da regulamentação da lei nº 16.140/2015, que dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação escolar.

A Secretaria do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, por intemédio da Supervisão Geral de Abastecimento, é responsável pelo abastecimento e pela Segurança Alimentar e Nutricional no município. Dessa forma, está incumbida de políticas públicas voltadas à produção de alimentos (principalmente em Parelheiros e Zona Leste), ao abstecimento da cidade, ao acesso de alimentos por meio do Banco de Alimentos e do Programa de Aquisição de Alimentos. Além disso, tem a reponsabilidade de ações voltadas para a Educação Alimentar e Nutricional e de cursos para fomentar a redução de desperdício de alimentos e a alimentação saudável. A SDTE também tem ações voltadas ao desenvolvimento local e para inserção de pessoas desembpregadas no mercado de trabalho através de formações e garantia de empregos em projetos da Prefeitura.

A Secretaria de Saúde tem por finalidade realizar diagnóstico alimentar e nutricional da população, elaborar materiais de apoio pedagógico, criar campanhas de conscientização e pormoção da alimentação saudável, educação alimentar e nutricional voltadas para a linha de cuidados do sobrepeso e obesidade e doenças crônicas, etc.

Por fim, a Secretaria do Verde e Meio Ambiente tem projetos e ações formativasvoltados para o fomento do acesso ao alimento e práticas sustentáveis, tais como: cultivo de hortas, incentivo à agricultura orgânica; compostagem, ações formativas, para todos os públicos, em especial com a rede escolar, estimulando a reflexão e desenvolvimento de práticas, etc.

Esse breve relato do mapemeamento não esgota todas as ações que são desenvolvidas, mas serve para se ter um panorama de como tem se desenvolvido a SAN no município. Inclusive, outras Secretarias devem ter ações que não foram elencadas aqui.

De qualquer forma, o mapeamento em questão, conforme apontado, tem um recorte específico do poder público municipal, mas a sociedade civil tem ações significativas e exitosas nessa temática e que precisam ser levantadas e tornadas públicas para a população. É preciso um diagnóstico nesse sentido. O levantamento e identificação dessas ações pode ser importante passo para a construção de novas ideias, açoes e projetos. Que ações são essas? Voltadas para que temáticas e para que população? Há articulações, por exemplo, com outras entidades, com o poder público municipal?

**Eixo 3 - São Paulo: adesão e fortalecimento do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

**a)Institucionalidade e fortalecimento dos Componentes Municipais do SISAN**

A partir de 2013, a Prefeitura de São Paulo, junto à sociedade civil, inicia um processo de institucionalização da Segurança Alimentar e Nutricional através da assinatura do PL 723/2013 que tornou-se a lei nº 15.920, de 18 de dezembro de 2013. Essa Lei prevê que o Município deve tomar as medidas necessárias para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Segurança Alimentar e Nutricional de sua população. Além disso, a Lei institui os componentes municipais do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, a saber: a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – CMSAN; o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – COMUSAN-SP; e a Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional – CAISAN-Municipal.

A Conferência Muncipal é a instância máxima desse Sistema, pois é desse momento de grande mobilização da sociedade que saem as prioridades e diretrizes da Política e do Plano Municipais de SAN.

O COMUSAN-SP é órgão de participação e controle social que tem por objetivo assessorar a Prefeitura nos asssuntos relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, além de articular, acompanhar, monitorar e fiscalizar a implementação de ações e polopiticas públicas voltadas ao tema. Também tem um grande desafio que é tornar a SAN e o DHAA conhecidos da população, bem como, mobilizar a soiedade em torno da garantia de ambos, pois a participação social é um doas aspectos estruturantes na construção do SISAN. A sociedade civil sempre foi atuante e protagonistanos momentos históricos e políticos da organização das ações em SAN. De que forma a partipação social pode ser fortalecida no COMUSAN e também como pode ser fortalecida, na sociedade como um todo, a luta pela SAN?

A CAISAN-Municipal é órgão de articulação entre as Secretarias que têm interface com a temática de SAN para a proposição e execução de políticas públicas nesse sentido. De que forma a sociedade civil e o poder público podem fomentar e fortalecer essa articulação?

Em meados de 2014, a Prefeitura de São Paulo convoca a sociedade civil para a formação de uma Comissão Provisória de Reestruturação para que sejam elaboradas as minutas de reestruturação do Conselho de acordo com o previsto na Lei acima citada e de regulamentação da CAISAN-Municipal. Após intenso debate em um processo de meses de trabalho com os envolvidos, no início de 2015 foram publicados os decretos nº 55.867 e nº 55.868, ambos de 23 de janeiro de 2015 que cumprem, respectivamente, as funções acima citadas.

Após a publicação do decreto de reestruturação do COMUSAN-SP, iniciou-se um processo de eleição de entidades, associações, redes e movimentos, garantindo ampla participação de diversos setores e segmentos que compõem a sociedade, que culminou com a composição da VI Gestão do COMUSAN-SP para o biênio de 2015/2017.

A CAISAN-Municipal teve sua composição garantida pelas secretarias envolvidas por meio de indicação de assessores técnicos com o objetivo de darem andamento aos trabalhos e à construção, após a realização da Conferência e com interlocução direta com o COMUSAN-SP, da Política e do Plano Municipais de SAN.

A Conferência acontece nesse ano e terá o seguinte lema: “Comida de verdade no campo e na cidade: por direito e soberania alimentar”. Conforme mencionado anteriormente, será momento de mobilização da sociedade no intuito de buscar subsídios, prioridades e diretrizes na construção da Política e do Plano de SAN.

A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional é o norte que guiará toda a construção da SAN no município, no que concerne aos eixos temáticos e diretrizes julgados necessários à realidade local. O Plano dá providências de como essa Política será colocada em prática, em execução, inclusive com as previsões orçamentárias e dispositivos de monitoramento.

A Segurança Alimentar e Nutricional e todo seu arcabouço institucional é relativamente recente na cidade de São Paulo e precisa ser constantemente impulsionada para que as ações sejam mais efetivas. Cabe a nós pensarmos quais mecanismos e ações podem ser feitas com o intuito de fortalecimento dessas instâncias e do Sostema em nível local.

**b)Intersetorialidade**

O princípio da intersetorialidade é trabalhar em rede, com a finalidade de promover a integração, interação, otimização de saberes, competências e relações entre os diversos segmentos. Ou seja, permitir outro tipo de relação entre: Estado e Estado, Estado e cidadão, inserindo-os no processo de discussão, planejamento e operacionalização das ações, para desenvolvimento dos programas e projetos de acordo com as demandas locais.

Este modo de trabalho possibilita ainda a potencialização e otimização dos recursos existentes, destinados ao desenvolvimento das ações locais, que dentre um rol de necessidades e problemas, pode ser elencada pelo grupo o de maior prioridade para aquele momento e que faz interfaces com diversas áreas. Possibilitando desta forma, superar as práticas de ações sobrepostas ou fragmentárias.

Além disso, a intersetorialidade pode ser compreendida como uma articulação estratégica voltada à convergência de iniciativas e integração de recursos gerenciais, financeiros e humanos com o objetivo de organizar de maneira mais colaborativa, articulada e flexível o padrão tradicionalmente fragmentado das estruturas burocráticas institucionais públicas. A natureza intersetorial do Sisan é um dos grandes valores e também um dos maiores desafios para sua implementação. A complexidade de articular uma agenda de programas, projetos e ações que gerem convergências inter e intrasetoriais para a concretude do DHAA demanda uma perspectiva de diálogo e articulação permanentes entre diferentes setores e sistemas.

Para que o Sisan se efetive é necessário mais do que a implementação individual de cada programa ou ação que compõe a Política Nacional de SAN. O Sisan depende de um arranjo institucional que incorpore as dimensões da SAN às práticas realizadas nos diferentes setores que a compõem como o desenvolvimento agrário, agricultura, abastecimento, saúde, educação, assistência social e meio ambiente, entre outras.

Por isso é imprescindível que existam espaços de diálogo, como os Conseas e Caisans, para que todas as suas dimensões possam ser articuladas na perspectiva do enfrentamento dos conflitos de interesse que dificultam o cumprimento do DHAA.

Por ser um novo modelo de trabalho, o processo de discussão e encontros entre os envolvidos deve ser permanente, para que possa descontruir e contruir um novo olhar de participação de todos. De que forma pode ser pensada essa intersetorialidade em nível municipal? As ações em SAN têm sido pautadas pelo princípio da intersetorialidade? Como devemos fomentar que esse princípio seja efetivado? Como garantir que as ações sejam articuladas diante do desafio que se coloca, já que é um paradigma recente?

**c)Participação das organizações com e sem fins lucrativos**

O Sisan é é uma forma organizada, sistema, que reúne vários segmentos, instâncias políticas e atores sociais no âmbito do Estado e da sociedade civil – incluindo organizações privadas com ou sem fins lucrativos. A inserção das entidades com ou sem fins lucrativos no Sistema pode ocorrer na medida em que estas atendam aos princípios e diretrizes do Sistema e da Política de SAN. As ações e atividades desenvolvidas por qualquer parte do sistema não podem, em tempo algum, violar a soberania e segurança alimentar nem tampouco o Direito Humano à Alimentação Adequada e saudável.

Algumas organizações da sociedade civil participam da organização da SAN desde sua origem, articulam-se em rede e/ou dialogam com os movimentos sociais, e desempenham papel estratégico de consolidação de agenda relacionada ao tema. Ademais, dialogam com inúmeros processos sociais importantes, como empoderamento e envolvimento das comunidades e participação social, equidade, gestão participativa dos projetos e relações de trabalho socialmente justas. Portanto, essas organizações precisam ser reconhecidas e incorporadas ao Sisan, em uma perspectiva estruturante.

Este debate recebeu importante apoio recentemente com a aprovação do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (Lei nº 13.019/2014), o qual tem o objetivo de aperfeiçoar o ambiente jurídico e institucional relacionado às organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, e sua parceria com o Estado, atuando na promoção de direitos e de atividades na área da saúde, educação, cultura, desenvolvimento agrário, assistência social, segurança alimentar e nutricional, entre outras. Contudo, as organizações indígenas e de povos e comunidades tradicionais têm sofrido dificuldades para serem reconhecidas e para acessarem os recursos públicos. Novamente, surge um tema que indica a necessidade de um mecanismo legal que contemple as especificidades desses povos e suas formas de organização coletivas.

A participação de organizações com fins lucrativos (empresas) demanda outros critérios de análise, pois sua atividade visa à obtenção de lucro e parte desta atividade está claramente relacionada aos desafios apresentados neste documento. A presença da iniciativa privada em um sistema público precisa ser claramente definida, sinalizando suas possibilidades e limites no que tange o atendimento e coerência com os princípios e/ou diretrizes do Sistema e da Política, requerendo medidas que previnam o conflito de interesse na relação público *versus* privado. A inexistência de regulamentação para adesão de entidades com fins lucrativos ao Sisan pode gerar ambivalência na interpretação desta relação. Medidas geradoras de conflitos de interesse e que criam situações adversas para a consolidação do DHAA podem ser previstas e evitadas por meio da elaboração de marcos regulatórios e códigos de ética, que podem mediar tensões futuras.

Há que se refletir sobre o papel do Sisan para regular a atuação das empresas de modo a não tolerar violações do DHAA de qualquer natureza, como por exemplo ocorre com a implantação de grandes obras de infraestruturas em territórios indígenas e tradicionais. Neste caso, cabe discutir o papel do Sisan em situações, inclusive, de descumprimento de Tratados Internacionais, tais como a Convenção n° 169 da OIT no que diz respeito ao princípio da consulta prévia.

**Resumo das Propostas elaboradas na V Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional**

**5ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL /SP**

**Propostas aprovadas na Plenária Final**

1.Políticas Públicas - Implantação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em todas as subprefeituras, com a capacitação dos profissionais envolvidos e com orçamento próprio do poder público; Incluir na legislação de rotulagem de alimentos a obrigatoriedade de informar que o produto contém: lactose ou traços de lactose – Quantificar, nos rótulos dos produtos alimentícios, todas as vitaminas presentes, de forma clara, ao público leigo; Adesão do Município ao SISAN, conforme Artigo 11 do Decreto 7272 de 25/08/2010, respeitando os princípios e diretrizes do sistema, definidos na lei nº 11.346, de 2006. (30 pessoas aprovaram)

2.Adulto / Idosos - Descongelamento dos cargos de supervisor de segurança

alimentar das 30 subprefeituras; Implementar Cozinhas Comunitárias no âmbito das subprefeituras para o resgate da cultura da alimentação saudável e sustentável, adequada para o adulto e o idoso.); Desenvolver programa continuado de reeducação alimentar

e nutricional sustentável para o idoso no âmbito das Subprefeituras.

3.Gestação/Infância e Adolescência - Promover e apoiar legislação que proíba a divulgação, a publicidade e a comunicação mercadológica de toda e qualquer espécie de produto alimentício industrializado, notadamente aqueles com altos teores de sódio, gordura trans, gordura saturada e açúcar; bem como bebidas com baixo teor nutricional no ambiente escolar, em escolas públicas ou privadas. Recomendar a criação de uma Secretaria/Coordenadoria/ Departamento ou órgão independente que cuide de segurança

alimentar e nutricional no município de São Paulo. Em cada subprefeitura deve haver no mínimo um profissional capacitado para orientar e supervisionar todo e qualquer projeto/programa de segurança, educação alimentar, orientação nutricional. Na

medida em que estes programas/projetos aumentem, o número desses profissionais deverá aumentar proporcionalmente; Implementar na grade do ensino fundamental uma disciplina como atividade curricular e/ou extra curricular com o professor e/ou profissional capacitado para aquela atividade onde constem informações sobre a importância e os benefícios de uma alimentação segura, higiênica e saudável. Ressaltar a necessidade de que as crianças aprendam hábitos saudáveis desde pequenas; Bem como os benefícios associados á pratica de atividades esportivas regulares.

4.Comunidades - Substituir o atual sistema de terceirização da alimentação escolar pelo fornecimento de alimentos pela Supervisão Geral de Abastecimento, retomando a gestão escolar da merenda, visto que a alimentação oferecida pelas empresas não obedece aos princípios da Segurança Alimentar e Nutricional; Multiplicar em cada subprefeitura a experiência dos CRSANS Butantã, ampliando a sua atuação através de uma gestão compartilhada entre o poder público e a sociedade civil, garantindo o orçamento próprio para práticas populares de inclusão produtiva e economia solidária; Adesão do município de São Paulo ao SISAN, conforme Artigo 11 do Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, respeitado os princípios e diretrizes do sistema, definidos na lei nº 11.346, de 2006. Que todas as subprefeituras assinem o compromisso de participar do sistema e do COMUSAN.

5.Sustentabilidade Ambiental - Apoiar a organização dos agricultores orgânicos orientando e oferecendo: instrumentos legais para sua regularização e certificação; apoio logístico e estrutura para participação em processos de comercialização e licitações; Estimular a produção e o consumo do produto orgânico: criando incentivos para o produtor; favorecendo a estruturação de redes de comercialização; realizando compras públicas; inserindo o produto orgânico nas feiras livres, sacolões e mercados municipais; garantindo a disseminação da informação e incentivando o desenvolvimento da produção local. Incentivar a inserção da Segurança Alimentar nas escolas (educação formal) podendo utilizar espaços de hortas educativas e/ou paredes verdes. Disseminar a cultura e práticas de SANs multiplicando projetos como Centros de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável e espaços de cultura de consumo responsável (educação informal).

**7 – BIBLIOGRAFIA**

M. A ALTIERI, 1989, *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. 2. ed. Rio de Janeiro: PTA- FASE, 1989. 240 p.

Felipe Pires de Camargo, Waldemar Pires de Camargo Filho, Ana Maria Montragio Pires de Camargo (2013), *Agricultura Orgânica no Estado de São Paulo, 2008 - Ações em 2013*, URL: http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos\_lupa/AgriculturaOrganicaSPOut2013.pdf

Eduardo Pires Castanho Filho, Adriana Damiani Correia Campos, José Alberto Ângelo, Mário Pires de Almeida Olivette, Raquel Castelluci Caruso Sachs, *A Evolução da Agropecuária Paulista e a Implantação da Legislação Ambiental - Impactos Socioeconômicos e Ambientais*, URL

<http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos_lupa/EvAgroImpLegisAmb.pdf>

Antoniane Arantes de Oliveira Roque, Mario Ivo Drugowich, Antonio José Torres, Cristina Carvalho Gomes, *Uso de sistemas de informação geográficas no gerenciamento de políticas públicas: o projeto LUPA em SP*, URL: http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/estudos\_lupa/2GeoPantanal\_LUPA.pdf

Alberto FEIDEN,2005, Agroecologia: introdução e conceitos. In: Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília: Distrito Federal. Embrapa, Informação Tecnológica, p. 51-60.

David HOLMGREN, 2007, Os fundamentos da permacultura, <http://biowit.files.wordpress.com/2010/10/fundamentos_permacultura1.pdf>

Duran ACFL. Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar. [Tese de Doutorado]. Faculdade de Saúde Pública da USP. São Paulo, 2013.

Duran AC, Diez Roux AV, Latorre MRDO, Jaime PC. Neighborhood socioeconomic characteristics and differences in the availability of healthy food stores and restaurants in Sao Paulo, Brazil. Health & Place 2013; 23:39–47.

Jaime PC, Duran AC, Sarti FM, Lock K. Investigating environmental determinants of diet, physical activity, and overweight among adults in Sao Paulo, Brazil. Journal of Urban Health 2011;88(3):567–581.

Tatiane Aparecida SOARES, Adão Luiz Castanheiro Martins, Helen Elisa C. R. Bevilacqua, *Agricultura urbana e periurbana no municipaio de Sao Paulo com base em agroecologia,*

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006 - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN). Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 set 2006.

\_\_\_\_\_\_. Emenda Constitucional 64, de 04 de fevereiro de 2010. Altera o art. 6º da Constituição Federal, para introduzir a alimentação como direito social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 04 fev 2010.

**Video**

MUITO ALÉM DO PESO.

[Plataforma de Apoio à Agricultura Orgânica na Cidade de São Paulo](https://www.facebook.com/plataforma.agricultura.organica.sp?fref=ts), video [“P*roduzido em São Paulo*”](http://www.youtube.com/watch?v=h9XUU_yj7v4&feature=c4-overview&list=UUu3NpQtluaHZqXtcjQswIvQ), URL: <http://www.youtube.com/watch?v=h9XUU_yj7v4&feature=c4-overview&list=UUu3NpQtluaHZqXtcjQswIv>

Claudia Visoni, De uma Horta em casa para agricultura urbana\_ TEDx, URL: <http://www.youtube.com/watch?v=glOG6rMMMSI>

***8 – GLOSSÁRIO***

Na **agricultura convencional** normalmente as plantas escolhidas sao plantas melhoradas geneticamente para ter uma produção major. O agricultor pode reproduzi-las mais nao vai ter a mesma produtividade e características. Nesse sistema o agricultor pode utilizar agrotóxicos para eliminar praga, doença e adubar o sol. Esse sistema também provoca rápida perda de fertilidade do solo, pois facilita a erosão, reduz a atividade biológica e esgota a reserva de alguns nutrientes. Os insumos agrícolas utilizados são na sua maioria derivados direta ou indiretamente do petróleo, que resultam num alto custo energético para sua obtenção, ocasionando um balanço energético negativo, ou seja, a energia produzida pela cultura é menor que a energia gasta para sua produção.

Uma **agricultura orgânica** é una agricultura voltada a eliminação dos produtos químicos e procurando cultivar num sistema mais equilibrado entre o homem e o meio ambiente. A Lei Federal nº 10.831 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27/12/2007, é o marco legal da agricultura orgânica brasileira e deve promover a organização do sistema agroindustrial orgânico (SAGO) e em São Paulo existe a possibilidade do poder público paulista dar apoio às atividades do SAGO (CAMARGO et. Al, 2013).

Uma **agricultura agroecológica** para Altieri (1989), a agroecologia é uma ciência emergente que estudados agroecossistemas integrando conhecimentos de agronomia, ecologia, economia e sociologia. Na agroecologia competentes importante sao as questões sociais e o respeito da cultura e do conhecimento local, busca preservar a identidade, os costumes e as tradições de cada povo, propiciando a conquista de direitos sociais e a melhoria da qualidade de vida dessas populações, ao invés de enfocar apenas a produção pela produção (FEIDEN, ). Não há receitas prontas para o sistema agroecologico, nem é possível desenvolver pacotes tecnológicos agroecológicos, mas basea-se no fechamento dos ciclos de nutrientes e pela reativação dos mecanismos de autocontrole das populações tentando utilizar no máximos os recursos naturais e sociais disponível.

**Permacultura** é uma palavra que foi cunhada por Mollison e Holmengren em meados dos anos 70, para descrever um sistema integrado de espécies animais e vegetais perenes ou que se perpetuam naturalmente e são úteis aos seres humanos. (HOLMGREN, 2007)

1. A Convenção 169 da OIT aplica-se a povos indígenas, a povos tribais e aos povos e comunidades tradicionais, cujas condições sociais, culturais e econômicas os distinguem de outros segmentos da população nacional. A autoidentidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos sujeito da Convenção. Isto é, nenhum Estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça. [↑](#footnote-ref-1)
2. Committee on World Food Security (CFS). *Coming to terms with terminolgy*. 2012, tradução livre. Último acesso em 21/03/2015:

   <http://www.csm4cfs.org/files/Pagine/10/cfs_terminology_30_april_2012_final_draft.pdf> [↑](#footnote-ref-2)
3. “A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.” Artigo 3º da Lei 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Losan). [↑](#footnote-ref-3)
4. Previsto pelos parágrafos 1º e 2º do artigo 11 do Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966 e pelo Comentário Geral nº 12 que resultou de encaminhamento aprovado durante a Cúpula Mundial de Alimentação de 1996. [↑](#footnote-ref-4)
5. BRASIL, 2012. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Marco de referência de educação alimentar e nutricional para as políticas públicas. Brasília, DF. 68p. [↑](#footnote-ref-5)